



CONVITE

Consulta Prévia

CPR006DASI2023

**Prestação de serviços para o evento VIVER FERREIRA DO
ZÊZERE – Depenicar, Festa do Emigrante e Mostra Industrial,
Comercial e de Artesanato do Concelho de Ferreira do Zêzere –
artistas e equipamento de suporte**

Convite à apresentação de proposta no âmbito de Procedimento por Consulta Prévia

CPR006DASI2023

Entidade pública contratante

A entidade pública contratante é o município de Ferreira do Zêzere, com sede Praça Dias Ferreira, 38, 2240-341 Ferreira do Zêzere, com o número de telefone 249 360 150 e com o endereço de correio eletrónico geral@cm-ferreiradozezere.pt, com horário de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 9H00 às 13H00 e das 14H00 às 17H00.

Objeto

Prestação de serviços para o evento VIVER FERREIRA DO ZÊZERE – Depenicar, Festa do Emigrante e Mostra Industrial, Comercial e de Artesanato do Concelho de Ferreira do Zêzere

Decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Presidente da Câmara, ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 1 do artigo 68.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro e da alínea a), no n.º 1, do artigo 18.º, do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f), no n.º 1, do artigo 14.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro.

Local de Execução

O objeto deste procedimento será executado no centro da vila de Ferreira do Zêzere.

Tipo de procedimento adotado:

Nos termos da regra geral de escolha de procedimento, propõe-se a adoção de um procedimento por consulta prévia, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 20, do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

Prazo de Entrega e modo de apresentação da proposta

As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentadas até às 23h59m do 5.º dia após envio do convite, na plataforma eletrónica com o endereço: www.acingov.pt

Todos os documentos que instruem a proposta, devem ser apresentados em língua portuguesa, nos termos do n.º 1 do artigo 58.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua atual redação.

A indicação dos preços constantes na proposta, serão indicados em algarismos não incluindo o IVA, em caso de divergência entre preços por extenso ou em algarismos, prevalecem os indicados por extenso, conforme disposto nos números 1 e 2 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua atual redação.

Documentos que constituem a proposta

A proposta é constituída pelos seguintes documentos conforme constante do art.º 57.º do CCP:

1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, de acordo com a nova redação do Decreto-Lei n.º 111-B, de 31 de agosto, na sua atual redação.
2. Proposta de preço, com indicação dos seguintes elementos:
 - a) Valor da prestação dos serviços;
 - b) A informação técnica necessária para a avaliação da proposta;
 - c) Prazos de entrega/ execução;

3. Documento que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar
4. Todos os documentos terão de conter assinatura eletrónica qualificada do concorrente ou seu representante de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, conjugado com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, por remissão do n.º 4 do artigo 62.º, também do CCP.
5. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deverá a entidade interessada submeter à submeter um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, nos termos do n.º 7 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Esclarecimentos

Os pedidos de esclarecimentos e retificações necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite, caderno de encargos e respetivos anexos devem ser colocados na plataforma eletrónica: www.acingov.pt

Apresentação de proposta com variantes

Não é permitida a apresentação de propostas com variantes, não é permitida a apresentação de propostas com alterações às cláusulas do Caderno de Encargos.

Subcontratação e cessão da posição contratual

O Adjudicatário não poderá subcontratar ou ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato.

Prazo de obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas em conformidade com o artigo 65.º do CCP.

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação conforme o Artigo 81.º do CCP, no prazo de 3 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que se encontra nas seguintes situações:

- a) Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- b) Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, Direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
- d) Declaração emitida de acordo com a a), do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;

2. Para efeito de celebração do contrato escrito, sob pena da adjudicação caducar, devem ainda ser entregues os seguintes documentos:

- a) certidão do teor do pacto social da empresa onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato, devidamente atualizada, ou, a indicação do

código de acesso para consulta da certidão permanente on-line no Portal da Empresa (www.portaldaempresa.pt);

b) Documentos comprovativos da identidade dos outorgantes que têm poderes para obrigar a entidade adjudicatária, nomeadamente: cartão de identificação de pessoa coletiva ou de empresário em nome individual, o cartão do cidadão ou bilhete de identidade e o número fiscal de contribuinte.

3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos do número anterior, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.

Critério de Adjudicação

A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela modalidade monofator, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, conforme disposto na alínea b), do n.º 1 do artigo 74.º aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 30/2021 de 21 de maio.

Critério de desempate

Em caso de empate das propostas apresentadas, o desempate será feito através de sorteio, com as regras que se apresentam abaixo:

Sorteio – Lançamento de dado de 6 faces:

Cada concorrente, lança uma vez o dado, pela ordem de submissão das propostas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública.

A proposta vencedora do sorteio é aquela cujo representante do concorrente, após lançamento do dado obtiver maior pontuação. Em caso de persistência de empate entre os concorrentes, estes (concorrentes empatados) devem lançar novamente o dado até se conseguir desempatar. Este método será utilizado para desempatar todos concorrentes,

de forma a que no final do sorteio deva estar ordenada a lista dos concorrentes admitidos a sorteio de acordo com os pontos obtidos no mesmo.

A não comparência no dia e hora marcada para a realização do sorteio, implica a exclusão do concorrente ou concorrentes faltosos.

Execução da Caução

Nos termos do nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos não é exigível a prestação de caução.

Negociação

Não há lugar à negociação das propostas.

Outorga do contrato

Será reduzido a escrito em data conveniente para as duas partes no prazo máximo de 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação.

Em tudo omissos no presente convite, observar-se-ão o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual e restante legislação aplicável.

O Presidente da Câmara

Bruno José da Graça Gomes

Ferreira do Zêzere, 07 de fevereiro de 2023



Digitally signed by BRUNO
JOSÉ DA GRAÇA GOMES
Date: 2023.02.07 15:40:21
+00:00